



PLANO DE TRABALHO ANEXO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº 33/2023.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): 110600 - Secretaria de Governo Digital

Nome da autoridade competente: Rogério Souza Mascarenhas

Número do CPF: 865.512.487-72

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 110600 - Secretaria de Governo Digital

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 110600 - Secretaria de Governo Digital

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 110600 - Secretaria de Governo Digital

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília - UnB

Nome da autoridade competente: Prof.^a Márcia Abrahão Moura

Número do CPF: 334.590.531-00

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Departamento de Engenharia Elétrica – ENE / Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154040/15257 - Universidade de Brasília

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 154040/15257 - Universidade de Brasília

3. OBJETO:

Este projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação visa conduzir estudos na área de privacidade e segurança da informação em colaboração com a Secretaria de Governo Digital, com o objetivo de fornecer subsídios para diagnosticar, avaliar e propor soluções para os desafios enfrentados pela Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação (DPSI). A metodologia desenvolvida tem como foco realizar uma análise das iniciativas do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) da Diretoria, identificando áreas de melhoria em seus processos e projetos, que porventura possam ser enfrentados com o uso do método científico. São iniciativas do PPSI:

- Definir e manter a estrutura de controles de privacidade e segurança da informação;
- Estabelecer e coordenar o Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital - CISC Gov.br;
- Diagnosticar o grau de implementação dos controles de privacidade e segurança da informação pelos órgãos e entidades pertencentes ao SISP;
- Acompanhar a implementação de controles e sensibilizar de forma contínua a Estrutura de Governança, prevista no art. 6º desta Portaria;
- Promover parcerias com órgãos e entidades públicas, entidades privadas e organismos internacionais para desenvolver e dar sustentação às iniciativas relacionadas ao tema, nos termos da legislação;
- Promover as boas práticas por meio de disponibilização de guias, processos, modelos e procedimentos;
- Estabelecer e coordenar o Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação do Governo Digital;
- Promover a cultura de privacidade e segurança da informação;
- Apoiar na prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos; e
- Identificar e disseminar informações sobre vulnerabilidades para a prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos.

Pode-se aqui elencar uma série de etapas fundamentais. Inicialmente, será conduzida uma avaliação dessas iniciativas, considerando as áreas temáticas de governança, maturidade, metodologia, pessoas e tecnologia. Serão escolhidas uma iniciativa de cada área, e escolhido, conjuntamente, quais desafios e oportunidades podem ser enfrentados utilizando o método científico.

Essas ações terão um impacto fundamental na formação de recursos humanos, estimulando o desenvolvimento de habilidades em privacidade e segurança da informação. Além disso, será incentivada a produção científica por meio da elaboração de artigos especializados em periódicos de circulação internacional, com foco nos objetos da metodologia desenvolvida e nos resultados encontrados. Isso contribuirá significativamente para o avanço do conhecimento na área de segurança cibernética; na divulgação e na melhoria de processos e projetos no âmbito da Diretoria da Privacidade e Segurança da Informação e promoverá melhorias no índice de produção qualificada no contexto do programa de pós-graduação profissional em engenharia elétrica (PPEE).

Por fim, os resultados da pesquisa e as melhores práticas de privacidade e segurança da informação serão compartilhados com a equipe da Diretoria e outras partes interessadas, incluindo a comunidade acadêmica por meio de apresentações em congressos da área, garantindo a disseminação dos resultados obtidos neste projeto e promovendo aprimoramentos substanciais na segurança cibernética da Secretaria de Governo Digital do Distrito Federal. É relevante observar que o objeto deste projeto está em conformidade com o artigo 3º do Decreto 10.426, de 16 de julho de 2020.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

As metas que compõem o escopo deste Termo de Execução Descentralizada (TED) estão intrinsecamente ligadas à condução de estudos e pesquisas relacionados às iniciativas de segurança da informação e privacidade da Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação (DPSI) que pertence Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O objetivo geral deste projeto é fornecer subsídios para enfrentar os desafios complexos que permeiam o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), aplicando uma abordagem fundamentada na metodologia científica. Com o intuito de alcançar a meta geral, o projeto estabelece as seguintes metas específicas principais:

4.1 Meta 1 - Planejamento das Etapas de Pesquisa: Nesta meta, mapearemos as fases cruciais das linhas de pesquisa a serem conduzidas neste projeto, abrangendo a descrição das metodologias a serem empregadas, o perfil e o propósito dos grupos de estudos especializados em tecnologias relacionadas à privacidade e segurança da informação. Esses esforços estão direcionados para apoiar a DPSI em tomadas de decisão quanto a proteção de informações e dados sensíveis. Além disso, o planejamento abordará indicadores de monitoramento e acompanhamento do projeto, com o objetivo de gerar resultados que contribuam para o avanço do PPSI na questão de privacidade e segurança da informação e que, ainda, aprimorem a gestão das atividades e processos dentro do contexto deste projeto. Os subprodutos incluídos nesta entrega são:

4.1.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.1.1.1 A.P. Elaboração do Plano de Pesquisa e Gerenciamento do Projeto (PPGP): Esta atividade envolve a criação detalhada do plano que guiará tanto a pesquisa quanto o gerenciamento do projeto;

4.1.1.2 A.P. Desenvolvimento da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e da Análise de Riscos (EAR): Nesta etapa, serão elaboradas a EAP e a EAR, fornecendo uma visão clara da estrutura do projeto e identificando possíveis riscos;

4.1.1.3 A.P. Criação de um "Roadmap" com Cronograma: Esta atividade consiste na elaboração de um cronograma que descreve os produtos esperados ao longo do projeto, destacando sua evolução em cada período;

4.1.1.4 A.P. Elaboração de um edital de seleção de alunos: Durante esta atividade, será elaborado e conduzido um edital para selecionar alunos de mestrado e de graduação que comporão este projeto.

4.1.1.5 A.P. Avaliação da Evolução e Tomada de Decisões: Durante esta atividade, será realizada uma análise abrangente do progresso do projeto em vários aspectos relevantes à sua gestão. Isso permitirá tomar decisões informadas para revisar o planejamento inicial e estabelecer canais eficazes de controle da execução do projeto.

4.1.2 Resultados Esperados por Meta (R.E.M.):

4.1.2.1 R.E.M. Atualização da Rede de Trabalho: Este resultado esperado envolve aprimorar o Plano de Trabalho, a EAP e a EAR de acordo com as necessidades identificadas;

4.1.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Gerenciamento e Controle de Execução: Este resultado inclui a criação de um relatório técnico abordando o gerenciamento e controle da execução do projeto. Será desenvolvido um repositório de projeto contendo um Roadmap ou cronograma detalhado, delineando as fases de execução e as atividades do projeto para facilitar o acompanhamento e controle

4.1.2.3 R.E.M. Relatório Técnico de Seleção: Este resultado inclui a criação de um relatório técnico registrando os resultados obtidos na seleção dos alunos a comporem o projeto.

4.2 Meta 2 - Diagnóstico e Fortalecimento da Governança em Privacidade e Segurança da Informação no âmbito do Programa da Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) da DPSI: Nesta meta, nosso objetivo é conduzir um diagnóstico da estrutura de governança em vigor do PPSI. Nossa análise visa identificar desafios e oportunidades para aprimorar a governança. Além disso, investigaremos os obstáculos que a DPSI enfrenta ao promover a colaboração e implementar políticas de segurança e privacidade. Esta meta visa fortalecer a base de governança do PPSI e melhorar a eficácia de suas iniciativas relacionadas à segurança da informação e privacidade.

4.2.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.2.1.1 A.P. Análise da Estrutura de Governança: Realizaremos uma análise da estrutura de governança presente, investigando políticas, comitês e processos de tomada de decisão;

4.2.1.2 A.P. Identificação de Melhores Práticas: Buscaremos identificar as melhores práticas em governança de segurança da informação e privacidade, tanto a nível nacional quanto internacional, para inspirar melhorias nas ações a serem desenvolvidas neste projeto;

4.2.1.3 A.P. Entrevistas e Avaliações: Realizaremos entrevistas com os principais representantes da DPSI para compreender os desafios que enfrentam em relação à governança e à colaboração;

4.2.1.4 A.P. Projeto de Pesquisa Acadêmica: Em paralelo, elaboraremos e executaremos um projeto de pesquisa subjacente destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados na governança contribuindo para o avanço do conhecimento na área de segurança da informação e privacidade.

4.2.2 Resultados Esperados por Meta (R.E.M.):

4.2.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Pré-Projeto de Pesquisa de Governança: Relatório Técnico que apresentará um pré-projeto de pesquisa com o objetivo de fortalecer a governança e promover a colaboração no âmbito do PPSI.

4.2.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa de Governança: Relatório Técnico que apresentará os principais resultados da execução dos projetos de pesquisa destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados no diagnóstico e fortalecimento da governança em segurança e privacidade da informação no âmbito do PPSI.

4.3 Meta 3 - Avaliação e Aprimoramento da Maturidade em Privacidade e Segurança da Informação no âmbito do PPSI: Nossa terceira meta se concentra na avaliação e aprimoramento das ações destinadas a medir a maturidade no que diz respeito à implementação de controles de privacidade e segurança da informação. Nosso objetivo é identificar lacunas e desafios específicos que possam afetar o aumento do nível adequado de maturidade e, em seguida, desenvolver estratégias para fortalecer a capacidade do órgão nessa dimensão. Isso contribuirá para aprimorar a privacidade e segurança da informação no âmbito do PPSI

4.3.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.3.1.1 A.P. Avaliação das Atividades de Medição de Maturidade: Realizaremos uma avaliação das atividades que medem a maturidade dos órgãos no âmbito do PPSI;

4.3.1.2 A.P. Identificação de Melhores Práticas: Buscaremos identificar as melhores práticas, tanto nacionais quanto internacionais, relacionadas à implementação de controles de segurança da informação e privacidade;

4.3.1.3 A.P. Entrevistas e Avaliações: Conduziremos entrevistas e avaliações para compreender os desafios específicos enfrentados pela DPSI na realização das ações de medição de maturidade;

4.3.1.4 A.P. Projeto de Pesquisa: Em paralelo, elaboraremos e executaremos um projeto de pesquisa destinado a um(a) aluno(a) de mestrado e um(a) aluno(a) de graduação, com o propósito de explorar um ou mais dos desafios identificados nessa área, contribuindo assim para o avanço do conhecimento e aprimoramento das práticas de medição de maturidade.

4.3.2 Resultados Esperados por Meta (R.E.M.):

4.3.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Pré-Projeto de Pesquisa de Maturidade: Relatório Técnico que apresentará um pré-projeto de pesquisa com o objetivo de fortalecer a maturidade e promover a colaboração no âmbito do PPSI;

4.3.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa de Maturidade: Relatório Técnico que apresentará

os principais resultados da execução dos projetos de pesquisa destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados no diagnóstico e fortalecimento das ações de medição da maturidade dos órgãos vinculados ao Sisp.

4.4 Meta 4 - Avaliação e Aprimoramento das Ações de Manutenção da Estrutura de Controles de Privacidade e Segurança da Informação: Nesta quarta meta, concentramos nossos esforços na avaliação e aprimoramento das ações destinadas a manter a metodologia de privacidade e segurança da informação do PPSI. Nosso objetivo é realizar uma análise das iniciativas relacionadas à construção da metodologia de avaliação de segurança da informação e privacidade. Dessa forma, buscamos identificar lacunas e desafios específicos que possam impactar a melhoria contínua da metodologia em uso.

4.4.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.4.1.1 A.P. Avaliação das Atividades de Elaboração de Metodologia: Realizaremos uma avaliação das atividades relacionadas à elaboração e manutenção de metodologia do PPSI;

4.4.1.2 A.P. Identificação de Melhores Práticas: Buscaremos identificar as melhores práticas, tanto nacionais quanto internacionais, relacionadas à elaboração de metodologia para promover a cultura de privacidade e segurança;

4.4.1.3 A.P. Entrevistas e Avaliações: Conduziremos entrevistas e avaliações para compreender os desafios específicos enfrentados pela DPSI na realização das ações relacionadas à construção de metodologias que promovam a cultura desejada;

4.4.1.4 A.P. Projeto de Pesquisa: Em paralelo, elaboraremos e executaremos destinado a um(a) aluno(a) de mestrado e um(a) aluno(a) de graduação, com o propósito de explorar um ou mais dos desafios identificados nessa área, contribuindo assim para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das práticas relacionadas à cultura de privacidade e segurança da informação.

4.4.2 Resultados Esperados por Meta (R.E.M.):

4.4.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Pré-Projeto de Pesquisa de Estrutura: Desenvolveremos um relatório técnico que apresentará um pré-projeto de pesquisa com o objetivo de fortalecer a metodologia do PPSI e promover a colaboração nessa área;

4.4.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa de Estrutura: Relatório Técnico que apresentará os principais resultados da execução dos projetos de pesquisa destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados no diagnóstico e fortalecimento das ações de elaboração e manutenção da metodologia do PPSI.

4.5 Meta 5 - Avaliação e Promoção da Cultura de Privacidade e Segurança da Informação: Nesta meta, concentramos nossos esforços na avaliação e promoção das ações destinadas a fomentar a cultura de privacidade e segurança da informação no âmbito do PPSI. Nosso objetivo é realizar uma análise das iniciativas voltadas para a promoção dessa cultura em segurança da informação e privacidade para os órgãos do Sisp. Dessa forma, buscamos identificar lacunas e desafios específicos que possam afetar o aprimoramento dessa cultura no âmbito do PPSI.

4.5.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.5.1.1 A.P. Avaliação das Atividades de Promoção da Cultura: Realizaremos uma avaliação das atividades destinadas a promover a cultura de privacidade e segurança da informação no âmbito do PPSI;

4.5.1.2 A.P. Identificação de Melhores Práticas: Buscaremos identificar as melhores práticas, tanto nacionais quanto internacionais, relacionadas à conscientização e capacitação em segurança cibernética, para aprimorar as iniciativas;

4.5.1.3 A.P. Entrevistas e Avaliações: Conduziremos entrevistas e avaliações para compreender os desafios específicos enfrentados pelos órgãos na realização de ações de capacitação e conscientização

relacionadas à segurança da informação e privacidade;

4.5.1.4 A.P. Projeto de Pesquisa: Em paralelo, elaboraremos e executaremos um projeto de pesquisa destinado a um(a) aluno(a) de mestrado e um(a) aluno(a) de graduação, com o propósito de explorar um ou mais dos desafios identificados nessa área. Isso contribuirá para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das práticas relacionadas à cultura de privacidade e segurança da informação.

4.5.2 Resultados Esperados (R.E.M.):

4.5.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Pré-Projeto de Pesquisa em ações destinadas à promoção da cultura de privacidade e segurança da informação: Relatório Técnico que apresentará um pré-projeto de pesquisa com o objetivo de fortalecer as ações de capacitação e conscientização do PPSI e promover a colaboração nessa área;

4.5.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa em ações destinadas à promoção da cultura de privacidade e segurança da informação: Relatório Técnico que apresentará os principais resultados da execução dos projetos de pesquisa destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados na avaliação e aprimoramento da metodologia do PPSI.

4.6 Meta 6 – Aprimoramento da Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos no CISC Gov.br: Nesta meta, concentra-se no diagnóstico e fortalecimento das ações destinadas a apoiar a prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos gerenciadas pelo CISC Gov.br. O objetivo é avaliar as ações realizadas pelo CISC Gov.br e identificar lacunas e desafios que possam impactar melhorias na prevenção, tratamento e resposta a incidentes. Almejamos aprimorar as estratégias de prevenção, tratamento e resposta a incidentes tanto no CISC Gov.br quanto na DPSI. Buscaremos identificar desafios específicos em cada uma dessas áreas e explorar maneiras de fortalecer as estratégias existentes. Isso contribuirá para aperfeiçoar a segurança cibernética e a capacidade de resposta a incidentes.

4.6.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.6.1.1 A.P. Avaliação das Atividades de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes: Realizaremos uma avaliação das atividades conduzidas pelo CISC Gov.br relacionadas à prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos;

4.6.1.2 A.P. Identificação de Melhores Práticas: Buscaremos identificar as melhores práticas, tanto nacionais quanto internacionais, relacionadas à constituição de uma Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Setorial (ETIR Setorial);

4.6.1.3 A.P. Entrevistas e Avaliações: Conduziremos entrevistas e avaliações para compreender os desafios específicos enfrentados pelo CISC Gov.br no contexto da prevenção, tratamento e resposta a incidentes;

4.6.1.4 A.P. Projeto de Pesquisa: Em paralelo, elaboraremos e executaremos um projeto de pesquisa destinado a um(a) aluno(a) de mestrado e um(a) aluno(a) de graduação, com o propósito de explorar um ou mais dos desafios identificados nessa área. Isso contribuirá para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das estratégias de segurança cibernética e resposta a incidentes.

4.6.2 Resultados Esperados (R.E.M.):

4.6.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Pré-Projeto de Pesquisa em Incidentes Cibernéticos: Relatório Técnico que apresentará um pré-projeto de pesquisa com o objetivo de fortalecer a ETIR Setorial no âmbito do PPSI;

4.6.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Projeto de Pesquisa em Incidentes Cibernéticos: Relatório Técnico que apresentará os principais resultados da execução dos projetos de pesquisa destinado a um aluno(a) de mestrado e um(a) de graduação regularmente matriculado(a)s. Esses projetos explorarão, em acordo com a DPSI, um ou mais dos desafios identificados na avaliação e aprimoramento da ETIR Setorial do PPSI.

4.7 Meta 7 – Disseminação de Conhecimento de Pesquisa: Facilitar a troca de conhecimentos adquiridos e

descobertas com a comunidade científica e o público em geral, promovendo a ampla disseminação dos resultados da pesquisa.

4.7.1 Atividades Planejadas (A.P.):

4.7.1.1 A.P. Participação em Atividades de Divulgação Científica: Engajamento em atividades de divulgação científica, como palestras, webinars e workshops, para compartilhar os resultados da pesquisa com a comunidade científica e o público em geral;

4.7.1.2 A.P. Apresentação em Conferências e Workshops: Participação ativa em conferências, simpósios e workshops relevantes para apresentar as descobertas da pesquisa e facilitar discussões com outros pesquisadores;

4.7.2 Resultados Esperados por Meta (R.E.M.):

4.7.2.1 R.E.M. Relatório Técnico de Engajamento da Comunidade Científica: Envolvimento da equipe do projeto na comunidade no tema de pesquisa proposto aqui por meio da participação em atividades de divulgação científica em ambientes internos e externos a universidade;

4.7.2.2 R.E.M. Relatório Técnico de Publicação de Artigos Científicos: Submissão e publicação de artigos científicos em revistas especializadas e conferências relevantes, contribuindo para o compartilhamento formal e a disseminação dos resultados deste projeto.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foi estabelecido com o objetivo de fortalecer a política de transformação digital do governo federal e promover uma maior colaboração nesse domínio com todos os entes federativos. Em 2023, o novo governo promoveu uma reconfiguração na estrutura de governança da transformação digital. Isso incluiu a estratégica realocação da Secretaria de Governo Digital (SGD/MGI) para esta pasta, bem como a distribuição de algumas competências relacionadas à transformação digital para outras unidades. Destacou-se a criação de uma assessoria especial dedicada à cooperação federativa em gestão digital e governo, diretamente vinculada ao Gabinete do Ministro, bem como a instituição de uma Secretaria Extraordinária de Transformação do Estado. Além disso, diversas atribuições anteriormente sob a alçada da extinta Secretaria de Modernização do Estado, ligada à Secretaria Geral da Presidência da República, foram transferidas para a SGD. Isso inclui a articulação e o planejamento de ações voltadas para a melhoria da identificação de pessoas naturais, bem como a liderança da Secretaria Executiva da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão.

A SGD também desempenha um papel fundamental como o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (Sisp). Suas responsabilidades abrangem a definição, elaboração, divulgação e implementação de políticas, diretrizes e normas gerais relacionadas à gestão dos recursos de TI do governo federal. A SGD supervisiona o processo de compras de TI do governo, orienta e administra o planejamento estratégico, coordena a normalização dos recursos de TI e promove a formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal. Além disso, a SGD incentiva ações prospectivas para acompanhar as inovações tecnológicas na área de TI e atender às necessidades de modernização dos serviços governamentais. Entre suas atribuições, está também a análise, desenvolvimento, proposição e implementação de modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição, contratação e gestão centralizadas de bens e serviços de TI. A SGD tem um papel crucial na disseminação de políticas, diretrizes, normas e informações relevantes entre os órgãos e entidades que compõem o Sisp.

Adicionalmente, a Secretaria de Governo Digital é encarregada de elaborar a Estratégia Nacional de Governo Digital em cooperação com Estados, Municípios e Distrito Federal, além de formular e coordenar a implementação da Estratégia de Governo Digital da administração pública federal. Ela define diretrizes, estabelece normas, coordena projetos e promove a governança de tecnologias. Além disso, a SGD fornece plataformas e serviços compartilhados e desempenha um papel fundamental na promoção da segurança da informação e na proteção de dados pessoais no âmbito dos órgãos federais. As prioridades da SGD são:

- Consolidar a Plataforma GOV.BR;
- Expandir a Rede GOV.BR;
- Estabelecer a Infraestrutura Nacional de Dados;
- Implementar e expandir novo sistema de identificação e a nova Carteira de Identidade Nacional;
- Fortalecer a maturidade e resiliência em Privacidade e Segurança da Informação; e
- Evoluir a governança dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos do Sisp.

O Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) representa um conjunto de iniciativas e processos direcionados para aprimorar as áreas de privacidade e segurança da informação. Suas bases são fundamentadas em valores essenciais, como maturidade, resiliência, efetividade, colaboração e inteligência. Dentro da estrutura da Secretaria de Governo Digital, a Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação assume a responsabilidade pela condução do PPSI.

A criação e operação do Programa foram formalizadas por meio da PORTARIA SGD/MGI Nº 852, DE 28 DE MARÇO DE 2023. Suas ações se concentram na promoção de medidas relacionadas à privacidade e segurança da informação nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Essas ações se aplicam às unidades que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), conforme estabelecido no artigo 3º do DECRETO Nº 7.579, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011. Conforme o disposto no art. 3º, da Portaria SGD/MGI Nº 852, o PPSI tem como objetivo elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e entidades, em termos de privacidade e segurança da informação, no âmbito do SISP. A unidade responsável pelo PPSI dentro da SGD é a Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação (DPSI).

5.1 Problema da Pesquisa

A revolução digital está reconfigurando profundamente a maneira como organizações, sejam elas públicas ou privadas, tratam informações e privacidade dos cidadãos. Esse cenário exige uma gestão eficiente e segura da informação, tornando-se essencial para o funcionamento eficaz das instituições governamentais e para a construção da confiança dos cidadãos no Estado. Nesse contexto, a SGD desempenha um papel fundamental ao liderar o PPSI, um programa abrangente voltado para promover a privacidade e segurança da informação.

A missão deste programa é elevar a maturidade e resiliência dos órgãos e entidades do SISP em termos de privacidade e segurança da informação. Para alcançar esse objetivo, os valores de maturidade, resiliência, efetividade, colaboração e inteligência serão cultivados e promovidos em todas as iniciativas e ações desenvolvidas. O programa em questão abrange 5 áreas temáticas de atuação:

5.1.1 Governança: A área de Governança é responsável por avaliar, direcionar e monitorar as ações do PPSI. Seus principais objetivos incluem garantir a entrega de benefícios, otimizar o uso dos recursos e envolver as partes interessadas de forma eficaz. Como parte de sua atuação, a área identifica projetos inovadores, gerencia iniciativas transversais e planeja contratações necessárias para manter o PPSI em operação. Além disso, busca parcerias com órgãos públicos, entidades privadas e organismos internacionais para apoiar iniciativas relacionadas à privacidade e segurança da informação;

5.1.2 Maturidade: A área de Maturidade desempenha um papel fundamental na avaliação do grau de implementação dos controles de Privacidade e Segurança da Informação pelos órgãos e entidades do SISP. Além disso, ela sensibiliza continuamente a Estrutura de Governança e acompanha a implementação desses controles de acordo com o Plano de Trabalho acordado, conforme previsto no artigo 6º da Portaria SGD/MGI 852. A equipe também colabora com outras iniciativas da Secretaria de Governo Digital junto aos órgãos e entidades do SISP;

5.1.3 Metodologia: A área de Metodologia é responsável por definir e manter a estrutura de controles de privacidade e segurança da informação. Além disso, ela promove as melhores práticas por meio da disponibilização de guias, processos, modelos e procedimentos relacionados à privacidade e segurança da informação, bem como, o Framework de Privacidade e Segurança da Informação. De acordo com o artigo 8º da Portaria SGD/MGI Nº 852, os órgãos e entidades devem adotar o Framework de Privacidade e

Segurança da Informação. Isso é de responsabilidade da Estrutura de Governança de cada órgão e entidade. A decisão de não implementar medidas consideradas obrigatórias pelo framework deve ser adequadamente motivada com base em análise de riscos.

5.1.4 Pessoas: A área de Pessoas tem como objetivo promover a cultura de Privacidade e Segurança da Informação; estabelecer e coordenar o Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação do Governo Digital, promovendo a mudança cultural em todos os níveis da estrutura organizacional dos órgãos e entidades. Isso é feito por meio de sensibilização, conscientização e capacitação visando o uso adequado dos recursos de tecnologia da informação e a execução dos processos de trabalho relacionados à privacidade e segurança da informação. Ainda, conforme o artigo 19 da Portaria SGD/MGI Nº 852, as ações do Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação do Governo Digital devem observar as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, relacionado à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal.

5.1.5 Tecnologia: A área de Tecnologia é responsável por coordenar o Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital - CISC Gov.br, assim como, identificar e disseminar informações sobre vulnerabilidades e apoiar na prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos. Além disso, prospecta novas ferramentas de apoio ao Framework de Privacidade e Segurança da Informação do PPSI; ainda, conforme o artigo 13 da Portaria SGD/MGI Nº 852, o CISC GOV.br atua como unidade de coordenação operacional das equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos dos órgãos e entidades do SISP, de acordo com a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos - ReGIC, instituída pelo Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021. O CISC Gov.br também é responsável por atuar como equipe principal para os serviços da Plataforma Gov.br e outros serviços sob a responsabilidade da Secretaria de Governo Digital;

·O presente projeto de pesquisa tem como objetivo principal servir como um instrumento de apoio na identificação e compreensão dos desafios que podem surgir na busca por esses objetivos. A essência desse projeto envolve a participação de alunos de graduação e pós-graduação no ambiente organizacional, onde eles conduzirão pesquisas aplicadas. Como consequência desse esforço, espera-se que este projeto contribua de maneira significativa para a promoção dos resultados do programa, usando o método científico como uma ferramenta para impulsionar tais conquistas.

5.2 Metodologia de Execução

O projeto será executado em etapas, articuladas entre si, mas possuindo entregas específicas por meio de produtos independentes, detalhados neste Plano de Trabalho.

A execução de todas as etapas previstas observará as recomendações de gerenciamento de projetos previstas tanto pelo Guia PMBok – 5ª Edição, elaborado pelo *Project Management Institute* (PMI), quanto pela Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP (MGP SISP), que balizarão as atividades de monitoramento e tomada de decisão ao longo do projeto.

A dinâmica de funcionamento do projeto envolvendo professores orientadores, pesquisadores, aluno(a) de graduação e de mestrado segue um modelo colaborativo e interdisciplinar para atingir os objetivos propostos. Inicialmente, a equipe de professores orientadores e pesquisadores define os objetivos do projeto com base nas metas gerais e específicas delineadas no PPSI.

Cada membro da equipe, incluindo os professores orientadores, pesquisadores e alunos, recebe tarefas específicas com base em sua área de especialização e interesse. Os alunos de graduação e de mestrado são integrados ao projeto para conduzir pesquisas aplicadas relacionadas às áreas de privacidade e segurança da informação, atuando como pesquisadores sob a orientação dos professores.

A coleta e análise de dados são realizadas com rigor, utilizando métodos de pesquisa apropriados, como entrevistas, levantamento bibliográfico, análise de documentos e experimentos, conforme necessário. Com base nos dados coletados, a equipe trabalha na criação de soluções, estratégias e abordagens para abordar os desafios identificados relacionados à privacidade e segurança da informação.

O projeto é avaliado continuamente para medir o progresso em relação aos objetivos estabelecidos e para garantir que as estratégias e soluções estejam produzindo resultados eficazes. A equipe compartilha regularmente os resultados e as descobertas do projeto por meio de relatórios técnicos, apresentações

em conferências, artigos científicos e outras formas de comunicação adequadas.

Com base nas descobertas e resultados obtidos, a equipe faz ajustes e iterações nas estratégias e abordagens, buscando aprimorar constantemente o impacto do programa. Além de atender aos objetivos específicos do programa, o projeto também se esforça para promover a cultura de privacidade e segurança da informação entre os órgãos e entidades envolvidos.

Essa dinâmica de funcionamento colaborativa e interdisciplinar permite que o projeto aproveite a experiência e o conhecimento de diferentes membros da equipe, incluindo professores orientadores, pesquisadores e alunos, para abordar eficazmente os desafios relacionados à privacidade e segurança da informação no contexto do PPSI.

5.3 Resultados Esperados Globais (R.E.G.)

O presente projeto visa dar continuidade a atividades do Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE, unidade acadêmica da Universidade de Brasília – UnB, de modo a utilizar resultados de pesquisa aplicada e transferência de conhecimento e de tecnologia, para conceber e desenvolver modelos e módulos de sistemas, bem como instrumentalizar e operacionalizar. Para tanto, serão aplicados e transferidos conhecimentos e tecnologias nos domínios de: ciência da informação, tecnologia da tomada de decisão, modelagem de processo, engenharia de sistemas distribuídos e redes, engenharia da informação, engenharia de ontologias, engenharia de software, gerência e segurança de redes e sistemas. O laboratório LATITUDE desde sua criação tem contado com, e apoiado, trabalhos de pesquisa dos programas de pós-graduação da UnB que contemplam tais áreas de pesquisa. O presente projeto dá continuidade a tal integração conforme especificado abaixo.

O LATITUDE vem contribuindo significativamente com a produção de conhecimento científico nos temas da organização da informação, automação de processos de trabalho, tecnologias da decisão, gerência e segurança de redes e sistemas, bem como sistemas distribuídos. Nos últimos anos foram orientadas diversas teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre tais temas. Várias dessas publicações foram consideradas como os melhores trabalhos em diversas conferências. Este projeto de pesquisa contribuirá para continuidade dessa produção científica, destacando a UnB como referência nacional no assunto. Por se tratar de um tema atual, e envolver uma importante quantidade de alunos de graduação e pós-graduação de diversos cursos, o projeto é uma oportunidade para que nossos alunos interessados nas áreas de Sistemas Distribuídos, Tecnologias da Informação, Segurança e Gerência de Redes e Sistemas, tenham uma rica formação complementar ao participarem da pesquisa, bem como possam definir temas de pesquisa que possam ser explorados em dissertações e teses cujas proposições tragam soluções para problemas da sociedade brasileira. As linhas de pesquisa envolvidas do LATITUDE são: Aplicações Distribuídas, Redes de Computadores, Tecnologias da Informação, Segurança da Informação, Inteligência Artificial, BigData e Banco de Dados Distribuídos.

Na qualidade de unidade acadêmica de ensino e pesquisa, o LATITUDE segue o regimento geral da Universidade, sendo vinculado ao grupo de pesquisa AQUARELA, que é registrado junto ao CNPq e integra pesquisadores das áreas de Ciência da Computação, Ciência da Informação, Engenharia da Computação, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Software e Engenharia de Software, atuantes nos respectivos Programa de Pós-graduação registrados junto à CAPES. Vale notar que LATITUDE vem realizando projetos de pesquisa aplicada e transferência de tecnologia, sob a égide de termos de execução descentralizada com as diversas Secretarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, [SA1] Ministério da Justiça, Exército Brasileiro, ANVISA, Ministério da Saúde, bem como convênios com empresas privadas.

Considerados tais aspectos e o fato de que as cooperações similares iniciadas entre a UnB e outros Órgãos do Governo, especificamente aqueles mais vinculados à segurança pública, à defesa cibernética e à coleta de informações de interesse da nação, vêm apresentando bons resultados e boas oportunidades de pesquisa empírica e teórica, foi elaborado o presente Plano de Trabalho visando integrar inovações tecnológicas no domínio de tecnologias da informação e das comunicações.

A execução deste projeto será fomentada pela SGD e será realizada pela Universidade de Brasília – UnB, por intermédio do seu Departamento de Engenharia Elétrica – ENE/UnB. A UnB também poderá contar com bolsistas, pesquisadores e professores de outras instituições de ensino superior. Além de contar com a

Fundação de Apoio Credenciada para a gestão administrativa e financeira dos recursos destinados à execução do Projeto e se articulará em rede com instituições federais de ensino e pesquisa, como ENAP, IBICT, IFB, ou de suporte à pesquisa, como a RNP, bem como adicionalmente com outras instituições superiores de ensino e pesquisa.

Com base no que foi discutido até aqui, os resultados esperados globais do projeto envolvendo professores orientadores, pesquisadores, alunos de graduação e de mestrado são os seguintes:

5.3.1 R.E.G. Avanço na Maturidade em Privacidade e Segurança da Informação: Espera-se que o projeto contribua para elevar a maturidade dos órgãos e entidades do SISP em relação às práticas de privacidade e segurança da informação. Isso inclui a implementação eficaz de controles de segurança, políticas de privacidade e ações alinhadas com as metas do PPSI;

5.3.2 R.E.G. Soluções Inovadoras e Estratégias Eficazes: O projeto visa identificar soluções inovadoras e estratégias eficazes para enfrentar os desafios relacionados à privacidade e segurança da informação. Os resultados esperados incluem a criação de abordagens práticas, políticas e diretrizes que possam ser implementadas pelos órgãos do SISP;

5.3.3 R.E.G. Produção de Conhecimento Científico: Com a participação de alunos de graduação e de mestrado, o projeto visa à produção de conhecimento científico na forma de artigos, relatórios técnicos, e outros documentos relevantes. Espera-se que esses resultados contribuam para a disseminação do conhecimento e para a promoção de boas práticas em privacidade e segurança da informação;

5.3.4 R.E.G. Fortalecimento da Cultura de Privacidade e Segurança: O projeto tem como objetivo promover uma cultura de privacidade e segurança da informação nos órgãos e entidades do SISP. Os resultados esperados incluem a conscientização e a capacitação dos membros das organizações envolvidas, incentivando o uso adequado dos recursos de tecnologia da informação e a adoção de práticas seguras;

5.3.5 R.E.G. Melhoria Contínua e Iterações: Espera-se que o projeto seja caracterizado por um processo de melhoria contínua, com base nas avaliações e feedbacks obtidos ao longo do tempo. Isso inclui a capacidade de realizar iterações nas estratégias e abordagens à medida que novos desafios e oportunidades surgem;

5.3.6 R.E.G. Compartilhamento de Resultados e Boas Práticas: O projeto se compromete a compartilhar regularmente os resultados e as boas práticas por meio de relatórios técnicos, apresentações em conferências, artigos científicos e outras formas de comunicação adequadas. Isso visa disseminar o conhecimento e permitir que outras organizações se beneficiem das descobertas;

5.3.7 R.E.G. Contribuição para o PPSI: Em última análise, o projeto busca contribuir para o sucesso do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), assegurando que seus objetivos sejam alcançados, e que os valores de maturidade, resiliência, efetividade, colaboração e inteligência sejam cultivados em todas as iniciativas e ações relacionadas à privacidade e segurança da informação.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- Sim
- Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

8.1 Custos Indiretos Universidade de Brasília - R\$ 165.016,56

8.2 Despesas Operacionais e Administrativas da Fundação de Apoio - R\$ 110.011,04

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Metas/Produtos	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total	Início	Fim
Meta 1	Meta 1: Gestão de projeto ao planejamento e execução da pesquisa						
Produtos	RT de Atualização do Plano de trabalho e estrutura analítica do projeto (EAP) e estrutura analítica de riscos do projeto (EAR) RT de Gerenciamento e Controle de execução do projeto, com uso do repositório de projeto com um Roadmap ou cronograma de etapas, com as fases de execução e atividades do projeto; RT de Seleção	RT Relatórios e Técnicos	3	R\$110.011,04	R\$330.033,12	1	24

Meta 2	Meta 2 - Diagnóstico e Fortalecimento da Governança em Privacidade e Segurança da Informação no âmbito do Programa da Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) da DPSI	RT Relatórios Técnicos	- 2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	4	24
Produtos	RT de Pré-Projeto de Pesquisa de Governança RT de Projeto de Pesquisa de Governança						
Meta 3	Meta 3 - Avaliação e Aprimoramento da Maturidade em Privacidade e Segurança da Informação no âmbito do PPSI	RT Relatórios Técnicos	- 2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	4	24
Produtos	RT de Pré-Projeto de Pesquisa de Maturidade RT de Projeto de Pesquisa de Maturidade						
Meta 4	Meta 4 - Avaliação e Aprimoramento das Ações de Manutenção da Estrutura de Controles de Privacidade e Segurança da Informação	RT Relatórios Técnicos	- 2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	4	24
Produtos	RT de Pré-Projeto de Pesquisa de Maturidade						
Meta 5	Meta 5 - Avaliação e Promoção da Cultura de Privacidade e Segurança da Informação						
Produtos	RT de Pré-projeto de Pesquisa em ações destinadas à promoção da cultura de privacidade e segurança da informação RT de Projeto de Pesquisa em ações destinadas à promoção da cultura de privacidade e segurança da informação	RT Relatórios Técnicos	- 2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	4	24
Meta 6	Meta 6 – Aprimoramento da Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos no CISC Gov.br						
Produtos	RT de Pré-projeto de pesquisa em Incidentes Cibernéticos RT de Projeto de Pesquisa em Incidentes Cibernéticos	RT Relatórios Técnicos	- 2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	4	24

Meta 7	Meta 7 – Disseminação de Conhecimento de Pesquisa	RT de Relatórios Técnicos	-				
Produtos	RT de Engajamento da Comunidade Científica RT de Publicação de Artigos Científicos	Oficinas e Seminários	2	R\$110.011,04	R\$220.022,08	12	24

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcelas	Mês/Ano previstos (estimativa)	Valor
1ª parcela	Dezembro/2023	R\$ 550.055,20
2ª parcela	Maió/2024	R\$ 550.055,20
3ª parcela	Maió/2025	R\$ 550.055,20
Valor Total		R\$ 1.650.165,60

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da natureza da despesa	Custo indireto	Valor previsto
3390.39.00	NÃO	R\$ 1.375.138,00
3390.39.00	SIM	R\$ 275.027,60

12. PROPOSIÇÃO

<i>Documento assinado eletronicamente</i> RAFAEL RABELO NUNES Professor do Magistério Superior da Universidade de Brasília Supervisor Acadêmico	<i>Documento assinado eletronicamente</i> WILLIAM FERREIRA GIOZZA Professor do Magistério Superior da Universidade de Brasília Coordenador do Projeto	<i>Documento assinado eletronicamente</i> LUIZ ANTONIO RIBEIRO JUNIOR Professor do Magistério Superior da Universidade de Brasília Vice-Coordenador
<i>Documento assinado eletronicamente</i> Prof.ª MÁRCIA ABRAHÃO MOURA Reitora da Universidade de Brasília		

13. APROVAÇÃO

ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS

Secretário de Governo Digital

ANEXOS

Item	Descrição da Despesa	Valor Total (R\$)
1	Auxílio Financeiro a Pesquisador	1.245.138,00
2	Passagens e Diárias	20.000,00
3	Material de Consumo	15.000,00
4	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	205.211,04
5	Custos Indiretos UnB – CAD045	165.016,56
Valor total do Projeto		1.650.165,60

As tabelas anexas a seguir são meramente para visualização de memória de cálculo, haja vista que todos os recursos, conforme Resolução do Conselho Universitário Nº 0005/2018, serão repassados na rubrica 3.3.90.39 (outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica), com o detalhamento das despesas apresentados tão somente no caso de contratação da Fundação de Apoio Credenciada.

Em tais projetos de pesquisa aplicada, transferência de tecnologias e inovação, o orçamento tem como base a RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0003/2018 da Universidade de Brasília que estabelece normas para pagamento de bolsas e auxílios financeiros pela Universidade de Brasília além de encontrar-se em conformidade com as Leis e regulamentações da Inovação Tecnológica, promove: incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, (Art. 1º da Lei 10973/2004). Tal entendimento é compartilhado e integrado aos programas do MCTIC/FINEP, MCTIC/CNPq e MEC/CAPES. No contexto da Universidade de Brasília propriamente dita, o tema é regulamentado pela Resolução do Conselho de Administração nº. 04/2018.

A mesma resolução 003/2018, no seu art. 4º e Anexo I, também determina que os valores de bolsas sejam concedidos mensalmente, sendo vedado o recebimento de benefícios ou a soma desses acima do teto constitucional (Art. 37, XI, CF/88 – Limite de 95% da remuneração do Ministro do STF).

Assim, a previsão de orçamento de cada projeto é feita basicamente pela contagem de quantos pesquisadores e estudantes são necessários ao projeto e da especificação do perfil adequado à bolsa, considerando a demanda do projeto e a experiência existente com outros projetos.

No caso de utilização de Recursos de Terceiros de Pessoa Física, estes deverão ser enquadrados conforme determinações da Resolução do Conselho de Administração da UnB nº 5/2012, Art. 5º, § 1 e Decreto 2.271/1997, substituído e revogado pelo Decreto n. 9.507/2018.

Para o bom andamento do Projeto, o Termo de Execução Descentralizada conta com apoio tecnológico e administrativo para atividades que serão realizadas tanto em instalações da UnB, quanto na SGD. Nesse caso, para atender às diversas demandas (desenvolvimento paralelo, impressão de relatórios, contingência), é necessária a aquisição de serviços (serviços de manutenção e consultorias).

Por se tratar de um Projeto de pesquisa educacional, predominantemente são concedidas bolsas de auxílio financeiro a pesquisador. Porém, em casos esporádicos, devidamente justificados e acordados formalmente entre os partícipes, é necessária a contratação de profissionais especializados para atender demandas específicas por tempo determinado.

Observa-se também que o detalhamento do orçamento previsto é feito por ano e apresentando, assim, a

estimativa de execução físico-financeira anual. Trata-se de previsões suscetíveis a flutuações de dispêndios naturais do Projeto de um ano para o outro, sob o entendimento de que as parcelas dos exercícios seguintes são condicionadas à previsão de dotação nas respectivas Leis Orçamentárias, havendo, ao final do Projeto, a devolução ao órgão de origem de eventuais recursos não utilizados.

Os repasses da SGD à UnB poderão ser realizados em parcelas, sendo o prosseguimento das atividades decidido com base em avaliação do andamento das atividades no período precedente ao repasse, isto a partir da 2ª parcela. No cronograma físico-financeiro encontra-se a proposta de datas e valores dos repasses.

A definição do que se relaciona aos custos indiretos da Universidade de Brasília encontra-se na RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0045/2018.

Tais resoluções citadas podem ser encontradas no site: <http://www.daf.unb.br/index.php?>

Tabela 1 : Auxílio Financeiro a Pesquisador: Especificação e Previsão de Despesas, conforme Resolução do Conselho de Administração UNB nº 0003/2018 (Categoria 2).					
Item	Modalidade da Bolsa	Quantidade de Bolsas	Valor Mensal (Bruto) - R\$	Tempo	Custo Total (R\$)
				(Meses)	
1	Luiz Antônio Ribeiro Junior	1	6.501,00	24	156.024,00
2	Rafael Rabelo Nunes	1	6.501,00	24	156.024,00
3	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível C	1	5.000,00	18	90.000,00
4	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível C	1	5.000,00	18	90.000,00
5	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível C	1	5.000,00	18	90.000,00
6	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível C	1	5.000,00	18	90.000,00
7	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível C	1	5.000,00	18	90.000,00
8	Apoio Técnico à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível B	1	3.500,00	24	84.000,00
9	Apoio Técnico à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) Nível B	1	3.500,00	24	84.000,00
10	Edna Dias Canedo	1	2.501,00	18	45.018,00
11	Georges Daniel Amvame Nze	1	2.501,00	18	45.018,00
12	João José Costa Gondim	1	2.501,00	18	45.018,00
13	Robson de Oliveira Albuquerque	1	2.501,00	18	45.018,00
14	Pesquisador em projetos de pesquisa e desenvolvimento (PD) Nível A	1	2.501,00	18	45.018,00
15	Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	1	1.500,00	12	18.000,00
16	Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	1	1.500,00	12	18.000,00
17	Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	1	1.500,00	12	18.000,00
18	Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	1	1.500,00	12	18.000,00

19	Apoio Operacional à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)	1	1.500,00	12	18.000,00
Total					1.245.138,00

Tabela 2. Passagens e Diárias

Item	Modalidade da Bolsa	Beneficiário	Quantidade de pagamentos	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Passagens para apresentação de trabalhos científicos	A definir	1	12.000,00	12.000,00
2	Diárias	A definir	1	8.000,00	8.000,00
Total					20.000,00

Tabela 3. Material de Consumo

Item	Descrição da Despesa	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	Material de Expediente	1	5.000,00	5.000,00
2	Material de Laboratório	1	5.000,00	5.000,00
3	Material de Informática	1	5.000,00	5.000,00
Total				15.000,00

Tabela 4. Despesas com Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Item	Descrição da Despesa	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	Pagamento de artigos científicos para divulgação dos resultados do projeto	1	50.000,00	50.000,00
2	Serviços de consultoria ou contratação de serviço especializado - PJ	3	15.000,00	45.000,00
3	Apoio Técnico Administrativo da Fundação de Apoio	1	110.011,04	110.011,04
Total				205.011,04

Tabela 5 - Custo Indireto - Pessoa Jurídica

Item	Descrição da Despesa	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	Custos Indiretos (Conforme Resolução do conselho de administração CAD nº 045/2014)	1	165.016,56	R\$ 165.016,56
Total				R\$ 165.016,56



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Rabelo Nunes, Usuário Externo**, em 11/12/2023, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Ribeiro Junior, Usuário Externo**, em 11/12/2023, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ferreira Giozza, Usuário Externo**, em 11/12/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Souza Mascarenhas, Secretário(a)**, em 12/12/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38739619** e o código CRC **702B0124**.
